

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2013

 Mensagem da Diretoria
 Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia") referentes ao exercício de 2013, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2013 não correspondeu às expectativas do setor de construção. Apesar das previsões otimistas do início do período, as empresas se viram obrigadas a conviver com um ritmo mais lento imposto às obras, com os problemas de atraso dos recebimentos de clientes e adiamentos na contratação de novos projetos que afetaram, de forma geral, o desempenho do setor no período.

Apesar deste contexto, a Mendes Júnior registrou importantes avanços e encerrou o exercício com uma receita operacional bruta consolidada de R\$ 1,9 bilhão (R\$ 1,3 bilhão em 2012). Este valor, acrescido da receita da controlada Integra Offshore (responsável pelo projeto Replicantes/RJ), avaliada pelo método da equivalência patrimonial, totaliza R\$ 2,0 bilhões. Na controladora, o EBITDA alcançou R\$ 148,1 milhões, superior aos R\$ 104,7 milhões do período anterior, ao passo que o lucro líquido foi de R\$ 72,7 milhões, frente a R\$ 41,4 milhões apurados em 2012. A empresa iniciou 11 novos contratos em 2013, principalmente na área de infraestrutura, contribuindo para elevar para 40,2% a participação desse segmento na receita apurada no exercício. Entre os projetos conquistados e iniciados em 2013 podem ser citados o novo trecho do Boulevard Arrudas, em Belo Horizonte (MG), o Contorno de Recife (PE) e um trecho do Rodoanel Norte, em São Paulo (SP).

Merecem destaque a construção da Arena Pantanal, em Cuiabá (MT), que teve suas obras assumidas integralmente pela empresa a partir de março de 2013, o Sistema de Transporte Rápido de Ônibus (BRT) de Recife (PE) e a construção do Ramal Cidade da Copa, obras ligadas diretamente à Copa do Mundo de 2014. Da mesma forma são relevantes as obras de Integração do Rio São Francisco, em Pernambuco. Ainda em 2013, a empresa avançou com o projeto de expansão da fábrica de cimento da Holcim, em Barroso (MG), obra que apresenta importantes desafios em tecnologia, na gestão de pessoas e no relacionamento com a comunidade local. Durante o ano a empresa estruturou a nova área de negócios internacionais, plataforma para a retomada de suas operações no exterior e também se preparou para disputar contratos via Parcerias Público Privadas (PPPs) e concessões. As previsões para 2014 são favoráveis, especialmente para o fechamento de negócios em países da América Latina e África e conquistas de negócios nas modalidades de PPPs e Concessões. A gestão e o respeito às pessoas receberam atenção especial no ano passado por meio de iniciativas destinadas a gerar valor para a empresa e os colaboradores, como treinamentos visando à qualificação e capacitação profissional. Nesse contexto foi estruturado em 2013, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Empresarial e de Pessoas, que passou a funcionar no início deste ano, com o objetivo de compartilhar e difundir o conhecimento, além de assegurar novas competências aos colaboradores da empresa.

Apesar dos fatores que continuam a interferir no comportamento da economia brasileira – ameaça de inflação alta, juros elevados e desempenho ainda modesto do Produto Interno Bruto (PIB), as perspectivas são favoráveis para a Mendes Júnior. Acreditamos no aumento de nossa receita de contratos e na evolução da rentabilidade.

Agradecemos o apoio e a contribuição dos senhores acionistas, colaboradores e parceiros pelos resultados obtidos em 2013.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Reapresentado)
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	102.318	72.700	102.989	74.029
Contas a receber de clientes.....	7	308.054	457.663	361.987	457.774
Títulos a receber.....	8	179.758	114.856	179.758	114.856
Adiantamentos a fornecedores.....		32.736	27.910	32.736	27.910
Estoques.....	9	39.821	39.950	45.959	39.986
Outros ativos circulantes.....		55.062	35.637	59.418	42.348
		717.749	748.716	782.847	756.903
Não circulante					
Partes relacionadas.....	10	9.423	1.097	13.496	16.189
Títulos a receber.....	8	131.081	131.377	131.081	141.386
Investimentos.....	11	120.488	48.832	81.320	31.926
Imobilizado líquido.....	12	46.108	35.956	85.308	36.020
Intangível.....	13	25.091	24.870	25.091	24.870
		332.191	242.132	336.296	250.391
Total do ativo		1.049.940	990.848	1.119.143	1.007.294
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos.....	14	196.021	134.750	200.870	134.750
Fornecedores e subempreiteiros.....	15	127.340	117.648	145.622	128.514
Salários e encargos sociais.....	16	50.870	50.132	56.975	51.110
Impostos e contribuições.....	17	48.775	50.781	52.549	52.194
Adiantamentos de clientes.....		15.250	65.163	15.250	59.070
Outros contas a pagar.....		11.033	6.004	19.564	6.350
		449.289	424.478	490.830	431.988
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos.....	14	19.769	55.289	45.502	55.289
Impostos e Contribuições.....	18	36.895	48.334	36.895	48.315
Provisão para Contingências.....	19	6.233	4.229	6.233	4.229
Passivo Atuarial.....	21	7.959	6.540	7.959	6.540
Partes relacionadas.....	10	32.812	-	22.905	35
Títulos a pagar.....		495	666	495	666
		104.163	115.058	119.989	115.074
Patrimônio líquido					
Capital social.....	20.1	235.000	235.000	235.000	235.000
Reserva legal.....		17.791	14.094	17.791	14.094
Reservas de lucros.....	20.2	236.704	193.809	236.704	193.809
AAP - Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		6.993	8.254	6.993	8.254
ACC - Ajuste Acumulado de Conversão.....		-	155	-	155
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.....		496.488	451.312	496.488	451.312
Participação dos não controladores.....		-	-	11.836	8.920
		496.488	451.312	508.324	460.232
Total do passivo e patrimônio líquido		1.049.940	990.848	1.119.143	1.007.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Reapresentado)
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
Receita operacional líquida das atividades continuadas.....	23	1.586.810	1.239.948	1.762.514	1.299.818
Custo de serviços e empreitadas de obras.....	24	(1.338.060)	(1.043.420)	(1.449.422)	(1.085.208)
Lucro bruto		248.750	196.528	313.092	214.610
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais.....	25	(132.002)	(116.166)	(142.557)	(116.254)
Resultado de equivalência patrimonial.....		39.272	23.166	3.176	(342)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas.....		(16.806)	(8.049)	(17.606)	6.424
		(109.536)	(101.049)	(156.987)	(110.172)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		139.214	95.479	156.105	104.438
Receitas (despesas) financeiras líquidas.....	26	(49.292)	(38.836)	(50.079)	(38.840)
		(49.292)	(38.836)	(50.079)	(38.840)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		89.922	56.643	106.026	65.598
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido.....					
Corrente.....	27	(25.381)	(3.755)	(30.831)	(5.674)
Diferidas.....	27	8.142	(11.464)	8.142	(11.464)
		(17.239)	(15.219)	(22.689)	(17.138)
Lucro líquido do exercício		72.683	41.424	83.337	48.460
Lucro atribuível a					
Acionistas controladores.....		72.683	41.424	72.683	41.424
Participação dos não controladores.....		-	-	10.654	7.036
		72.683	41.424	83.337	48.460
Número de ações no final do exercício (lote de mil ações).....		205.058	205.058	205.058	205.058
Lucro líquido por ação do capital social - R\$.....		0,35	0,20	0,35	0,20

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Reapresentado)
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....		89.922	56.643	106.026	65.598
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização.....		8.856	9.224	14.209	9.237
Baixas de imobilizado e intangível.....		3.694	8.484	3.897	8.484
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(17.239)	(15.219)	(22.689)	(17.138)
Resultado de equivalência patrimonial.....		(39.272)	(23.166)	(3.176)	342
Passivo atuarial.....		1.419	1.179	1.419	1.179
Constituição (reversão) de provisão para contingências.....		2.004	(1.214)	2.004	(1.214)
		49.384	35.931	101.690	66.488
(Aumento)/redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes.....		149.609	(274.069)	95.787	(273.755)
Títulos a receber.....		(64.606)	(85.850)	(54.597)	(85.850)
Adiantamentos a fornecedores.....		(4.826)	(7.165)	(4.826)	(7.165)
Estoques.....		129	42.272	(5.973)	42.441
Outros realizáveis.....		(18.785)	(23.479)	(17.069)	5.485
		61.521	(348.291)	13.322	(318.844)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros.....		9.692	43.082	17.108	52.096
Salários e encargos sociais.....		738	183	5.865	831
Impostos e contribuições.....		(13.445)	57.357	(11.065)	57.975
Adiantamentos de clientes.....		(49.913)	64.009	(43.820)	59.322
Outras contas a pagar.....		4.858	1.336	13.043	1.394
		(48.070)	165.967	(18.869)	171.618
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		62.835	(146.393)	96.143	(80.738)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis, líquido da captação de empréstimos.....		(22.923)	(27.687)	(67.615)	(27.709)
Investimentos em controladas.....		(33.179)	33.018	(46.374)	(184)
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas.....		24.486	17.811	25.563	2.765
		(31.616)	23.142	(88.426)	(25.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos.....		(27.352)	-	(35.090)	(16.197)
Empréstimos captados a longo prazo.....		25.751	102.195	56.333	102.167
		(1.601)	102.195	21.243	85.970
Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos		(1.601)	102.195	21.243	85.970
Acréscimo/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		29.618	(21.056)	28.960	(19.896)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....		72.700	93.756	74.029	93.925
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....		102.318	72.700	102.989	74.029
		29.618	(21.056)	28.960	(19.896)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Reapresentado)
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício.....		72.683	41.424	83.337	48.460
Outros resultados abrangentes					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial.....		(1.261)	(1.503)	(1.261)	(1.503)
Constituição do ajuste acumulado de conversão.....		(155)	155	(155)	155
		71.267	40.076	81.921	47.112
Resultado abrangente total do exercício atribuível a					
Acionistas controladores.....		71.267	40.076	71.267	40.076
Participação dos não controladores.....		-	-	10.654	7.036
		71.267	40.076	81.921	47.112

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Reapresentado)
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
1 - Receitas					
Serviços e vendas de materiais.....		1.711.802	1.334.555	1.902.766	1.397.777
Outras.....		6.599	4.320	4.369	4.320
Total receitas		1.718.401	1.338.875	1.907.135	1.402.097
2 - Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, serviços de terceiros e outros.....		(876.827)	(659.817)	(935.066)	(690.482)
Total de insumos adquiridos de terceiros		(876.827)	(659.817)	(935.066)	(690.482)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		841.574	679.058	972.069	711.615
4 - Depreciação		(8.856)	(9.224)	(14.209)	(9.237)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)		832.718	669.834	957.860	702.378
6 - Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial.....		39.272	23.166	3.176	14.472
Receitas financeiras.....		2.087	4.131	2.093	4.234
Total valor adicionado recebido em transferência		41.359	27.		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Reapresentado)
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Reservas de Lucros				Resultado abrangente		Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial não distribuídos	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação de correção				
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	235.000	11.948	17.157	135.870	9.758	-	-	409.733	18.081	427.814
Pagamentos de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.197)	(16.197)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.504)	-	1.504	-	-	-
Constituição do ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	155	-	155	-	155
Participação em SPE	-	-	-	-	-	-	-	-	7.036	7.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	41.424	41.424	-	41.424
Reserva legal	-	2.146	-	-	-	-	(2.146)	-	-	-
Reserva especial p/ dividendos não distribuídos	-	-	10.348	-	-	-	(10.348)	-	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	30.434	-	-	(30.434)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	235.000	14.094	27.505	166.304	8.254	155	-	451.312	8.920	460.232
Pagamentos de dividendos	-	-	(27.352)	-	-	-	-	(27.352)	(7.738)	(35.090)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.261)	-	1.261	-	-	-
Constituição do ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	(155)	-	(155)	-	(155)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	72.683	72.683	10.654	83.337
Reserva legal	-	3.697	-	-	-	-	(3.697)	-	-	-
Reserva especial p/ dividendos não distribuídos	-	-	17.562	-	-	-	(17.562)	-	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	52.685	-	-	(52.685)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	235.000	17.791	17.715	218.989	6.993	-	-	496.488	11.836	508.324

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital, e atua na indústria de construções, montagens industriais e eletromecânicas, gerenciamento de empreendimentos, comércio, exportações, importações e outras atividades relacionadas com seu objeto principal, constantes do estatuto social. As suas controladas e controladas em conjunto possuem, substancialmente, o mesmo ramo de atividade da controladora.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contidas na Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicadas consistentemente para os períodos apresentados. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 em 15 de abril de 2014.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 4 e 5.

a. Base de consolidação – As informações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

Controladas	% de participação	
	2013	2012
Mendes Junior Uruguay S.A. (Uruguai)	-	100,00%
SCP ETA Brasília (Brasil)	75,00%	75,00%
SCP Boulevard (Brasil)	56,00%	56,00%
SCP Saneamento Arrudas (Brasil)	-	-
SCP Torre TV Digital (Brasil)	-	50,00%
SCP Meta 1 Norte (Brasil)	80,00%	-
SCP Ferrugem (Brasil)	50,00%	-

Em 31 de dezembro de 2013

	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado
SCP ETA Brasília	4.707	1.122	3.585	-	(25)
SCP Boulevard	6.065	135	5.930	10.727	5.294
SCP Meta 1 Norte	107.212	65.833	41.379	163.293	41.379
SCP Ferrugem	489	380	109	1.683	109

Em 31 de dezembro de 2012

	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado
Mendes Junior Uruguai	4.098	35	4.063	-	(7)
SCP ETA Brasília	4.737	1.127	3.610	227	36
SCP Boulevard	23.999	6.363	17.636	59.633	7.075
SCP Torre TV Digital	517	-	517	10	(76)

Em 31 de dezembro de 2013

Descrição	Controladas			
	SCP Meta 1 Norte	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard	SCP Ferrugem
Ativo circulante	64.284	174	150	489
Ativo não circulante	42.928	4.533	5.915	-
	107.212	4.707	6.065	489
Passivo circulante	40.099	1.122	135	184
Passivo não circulante	25.734	-	-	196
Patrimônio líquido	41.379	3.585	5.930	109
	107.212	4.707	6.065	489
Receitas	163.293	-	10.727	1.683
Custos	(115.273)	-	(5.091)	(1.528)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	(413)	(25)	(337)	(43)
Receitas (despesas) financeiras, líquido	(778)	-	(5)	(3)
Imposto de renda e contribuição social	(5.450)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	41.379	(25)	5.294	109

Em 31 de dezembro de 2012

Descrição	Controladas			
	Mendes Junior Uruguay S.A.	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard V	SCP Torre TV Digital
Ativo circulante	21	171	1.417	-
Ativo não circulante	4.077	4.566	22.582	517
	4.098	4.737	23.999	517
Passivo circulante	35	1.127	6.363	-
Passivo não circulante	-	-	-	-
Patrimônio líquido	4.063	3.610	17.636	517
	4.098	4.737	23.999	517
Receitas	-	227	59.633	10
Custo	-	(81)	(41.554)	(153)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquido	(7)	(110)	(9.081)	68
Receitas/(despesas) financeiras, líquido	-	-	(4)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.919)	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(7)	36	7.075	(76)

Em 01 de abril de 2013, o investimento na Mendes Júnior Uruguay S.A. foi alienado.

b. Entidades controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as seguintes entidades registradas pelo método de equivalência patrimonial:

Controladas em conjunto	% de participação	
	2013	2012
Rodoanel Sul 5 Engª Ltda.	28,57%	28,57%
Integra Off Shore Ltda.	51,00%	51,00%

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1. Instrumentos financeiros ativos – A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compras e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade a possui, as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber.

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: (a) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis; (c) investimentos mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade.

Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente, conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

A Companhia não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco.

- Caixa e equivalentes de caixa: incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota Explicativa 6);
- Contas a receber de clientes: referem-se a serviços executados e representam os valores estimados de realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, diminuídas ao valor recuperável, quando necessário (Nota Explicativa 7);
- Títulos a receber: estão registrados ao custo de aquisição, conforme os contratos e/ou outros documentos pertinentes. Os valores consignados nas demonstrações contábeis são inferiores aos que têm sido efetivamente realizados (Nota Explicativa 8).

4.2. Estoques – Os estoques de materiais de aplicação em obras (almoxarifado) e de mercadorias para revenda, também destinados a obras, são avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição, deduzidos os tributos recuperáveis, quando aplicável. Quando o valor realizável dos estoques (considerados os tributos e despesas sobre a venda) é inferior aos valores registrados, é efetuado ajuste ao valor recuperável (Nota Explicativa 9).

4.3. Investimentos – A Companhia detém investimento em controladas e em outras sociedades nas quais exerce o controle em conjunto com outros sócios, cujas demonstrações foram consolidadas. As participações em controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial conforme premissas definidas através do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), caracterizando-se como joint ventures (Nota Explicativa nº 11).

4.4. Imobilizado – Nos termos do "Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado" e da "Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos", a Companhia verificou o valor justo do ativo imobilizado, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de Máquinas, Equipamentos e Veículos. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza. Os efeitos fiscais dessa avaliação foram reconhecidos de acordo com o ICPC 10 e o "Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributo sobre o lucro". Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável (Nota Explicativa 12).

4.5. Intangível – Substancialmente, o ativo intangível refere-se a direitos minerários, que é uma atividade que também faz parte do objeto da Companhia e cuja exploração se pretende futuramente. Encontra-se registrado pelo custo incorrido na operação. O montante registrado não excede a substância econômica do direito (Nota Explicativa 13).

4.6. Redução ao valor recuperável dos ativos – No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Instrumentos financeiros passivos – Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e subempreiteiros. Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até 12 meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado. Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

4.8. Provisões (passivos contingentes) – As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação (Nota Explicativa 19).

4.9. Ajuste a valor presente – Os ativos e passivos monetários (circulantes e não circulantes) são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.10. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – O IRPJ e a CSLL são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Se aplicável, nos termos do CPC 32, sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas sobre o prejuízo fiscal/base negativa da CSLL, são constituídos créditos tributários diferidos. A realização do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que resultados tributáveis futuros sejam apurados, de forma a permitir a recuperação do ativo, ou parte dele, o saldo é ajustado ao valor que se espera que seja realizado. O encargo com tributos (correntes e diferidos) é reconhecido no resultado, exceto quando corresponde a valores registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido; hipótese na qual os tributos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. (Nota Explicativa 27).

4.11. Benefícios a empregados – previdência privada – A Companhia possui planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica e seguro de vida em grupo. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados abrangentes. Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2011, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação dessas práticas contábeis nas demonstrações contábeis, reconhecendo os efeitos nos resultados abrangentes (Nota Explicativa 21).

4.12. Reconhecimento da receita – As receitas de serviços (obras) e da revenda de mercadorias somente são reconhecidas quando: (i) os riscos e benefícios decorrentes da transação forem transferidos ao contratante; (ii) o seu valor puder ser estimado com segurança; e (iii) for provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia e suas controladas. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos de um contrato de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais orçados do contrato. As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Na hipótese de os custos incorridos atuais, acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas excederem os adiantamentos recebidos, a diferença é reconhecida como "valores a receber de clientes". Se os adiantamentos recebidos, conforme o progresso da construção excederem os custos incorridos atuais acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas, a diferença é reconhecida como um passivo. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho, a título de adiantamento, são registrados no balanço patrimonial como um passivo. Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes e outras" (Nota Explicativa 23).

4.13. Lucro por ação – O lucro por ação está apresentado com base na média ponderada do número de ações existentes na data de reporte. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

4.14. Moeda funcional e moeda de apresentação – As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). Os ativos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Não existem passivos indexados à moeda estrangeira.

4.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia (e controladas) e sua distribuição durante o exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4.16. Alterações nas políticas contábeis
a. Novas normas, interpretações e alterações em vigor a partir 01 de janeiro de 2013
As seguintes normas, alterações e interpretações existentes foram emitidas pelo IASB/IFRIC e foram adotadas pela Companhia para o período iniciado em 1º de janeiro de 2013. A seguir, resumo das principais mudanças de políticas contábeis:

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis:** a principal mudança é a separação de componentes de outros resultados abrangentes, aqueles que serão feitos contra resultado e aqueles que permanecem no patrimônio líquido. A alteração à norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013 e foi adotada pela Companhia. A adoção não resultou em mudanças significativas nas demonstrações contábeis da Companhia;
- IAS 19 - Benefícios dos empregados, alterada em junho de 2011. Os principais impactos dessa regra são:** (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos de serviços passados na demonstração do resultado, e (iv) o custo de substituição de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano no valor de patrimônio líquido, calculada pela aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) da rede de benefício definido. A alteração à norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013 e foi adotada pela Companhia. A adoção não resultou em mudanças significativas nas demonstrações contábeis da Companhia;
- IAS 27 - Demonstrações contábeis separadas:** revisado pelo IASB em maio de 2011, a alteração (aplicável desde 1º de janeiro de 2013) aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, entidades de controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações contábeis separadas. A alteração à norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013 e foi adotada pela Companhia. A adoção não resultou em mudanças significativas nas demonstrações contábeis da Companhia;
- IAS 28 - Investimentos em coligadas e joint ventures:** revisado pelo IASB em maio de 2011, a alteração (aplicável desde 1º de janeiro de 2013) aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicar o método de equivalência patrimonial e a contabilização de investimentos em coligadas e joint ventures. A adoção resultou em mudanças nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativas nº 4.16;
- IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas:** apoiado em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como um fator importante para determinar se a entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações contábeis consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para determinar o controle. A norma é aplicável para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013. A adoção resultou em mudanças nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.16;
- IFRS 11 - Acordos de participação, emitido em maio de 2011:** a norma fornece uma abordagem mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Existem dois tipos de acordos em conjunto: (i) operação em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e, como resultado deve registrar sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas, e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato de investimento e contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não é mais permitido em conjunto com o controle. A adoção resultou em mudanças nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.16;
- IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades:** atendimento com os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participação com fins específicos e outras disposições no balanço patrimonial. A alteração à norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013 e foi adotada pela Companhia. A adoção não resultou em mudanças significativas nas demonstrações contábeis da Companhia;
- IFRS 13 - Mensuração do valor justo, emitido em maio de 2011:** o objetivo do IFRS 13 é melhorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração do valor justo, proporcionando uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e os requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS. As exigências, que estão bem alinhadas entre IFRS e GAAP dos EUA, não estender o uso da contabilidade de valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras IFRS. A alteração à norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013 e foi adotada pela Companhia. A adoção não resultou em mudanças significativas nas demonstrações contábeis da Companhia. Nenhum dos demais IFRSs, normas, interpretações e alterações iniciadas em 1º de janeiro de 2013 terão efeitos significativos nas demonstrações contábeis futuras da Companhia.

b. Novas normas, interpretações e alterações que ainda não entraram em vigor
As novas normas, alterações e interpretações existentes emitidas pelo IASB/IFRIC, mas que ainda não entram em vigor para o exercício social de 2013, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A seguir, resumo das normas, alterações e interpretações existentes:

IFRS 9 - Instrumentos financeiros: aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui as partes da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados pelo custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais dos fluxos dos instrumentos financeiros em dinheiro. Em relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é que, em casos em que a opção do valor justo dos passivos financeiros é adotada, a opção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração está em processo de revisão dos impactos da adoção desse padrão nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.17. Reconciliação das demonstrações da posição financeira, do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa em função da adoção das novas normas contábeis – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia adotou o pronunciamento técnico revisado IAS 28 – Investments in associates and joint-ventures (CPC 18 (R2)) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto), o IFRS 10 – Consolidated financial statements (CPC 36 (R3)) – Demonstrações consolidadas e o IFRS 11 – Joint arrangements (CPC 19 (R2)) – Negócios em conjunto), resultando nas seguintes implicações:

- a) As empresas controladas em conjunto Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. e Integra Off Shore Ltda., anteriormente registradas nas demonstrações contábeis da Companhia por meio da consolidação proporcional, foram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2013;
- b) A Mendes Júnior Uruguay S.A., anteriormente registrada nas demonstrações contábeis pelo método de equivalência patrimonial, passou a ser consolidada nas demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as novas práticas contábeis revisadas do IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas. Em 01 de abril de 2013 o investimento foi alienado.

Como resultado da adoção das novas normas contábeis acima referidas, a Companhia adotou o procedimento de reapresentar o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, considerando as normas contábeis adotadas anteriormente e as novas normas contábeis adotadas, conforme segue (posição consolidada):

Ativo					
31 de dezembro de 2012					
	2012 - Saldo anterior	Conso- lidação da Mendes Júnior Uruguay S.A.	Registro da Integra Off Shore Ltda. por equivalência patrimonial	Registro da Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. por equivalência patrimonial	2012 Reapre- sentado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	89.124	6	(15.091)	(10)	74.029
Contas a receber de clientes	496.218	-	-	(38.444)	457.774
Títulos a receber	114.856	-	-	-	114.856
Adiantamentos a fornecedores	27.910	-	-	-	27.910
Estoques	39.986	-	-	-	39.986
Outros ativos circulantes	42.522	15	-	(189)	42.348
Total do ativo circulante	810.616	21	(15.091)	(38.643)	756.903
Não circulante					
Partes relacionadas	1.814	-	15.092	(717)	16.189
Títulos a receber	131.377	4.560	1	5.448	141.386
Investimentos	4.546	(4.546)	38	31.888	31.926
Imobilizado	36.098	-	(78)	-	36.020
Intangível	24.870	-	-	-	24.870
Total do ativo não circulante	198.705	14	15.053	36.619	250.391
Total do ativo	1.009.321	35	(38)	(2.024)	1.007.294

Passivo e patrimônio líquido					
31 de dezembro de 2012					
	2012 - Saldo anterior	Conso- lidação da Mendes Júnior Uruguay S.A.	Registro da Integra Off Shore Ltda. por equivalência patrimonial	Registro da Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. por equivalência patrimonial	2012 Reapre- sentado
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	134.750	-	-	-	134.750
Fornecedores e subempreiteiros	128.945	-	(19)	(412)	128.514
Salários e encargos sociais	51.219	-	-	(109)	51.110
Impostos e contribuições	53.598	-	-	(1.404)	52.194
Adiantamentos de clientes	59.169	-	-	(99)	59.070
Outras contas a pagar	6.350	-	-	-	6.350
Total do passivo circulante	434.031	-	(19)	(2.024)	431.988
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	55.289	-	-	-	55.289
Impostos e contribuições	48.334	-	(19)	-	48.315
Provisão para contingências	4.229	-	-	-	4.229
Passivo atuarial	6.540	-	-	-	6.540
Partes relacionadas	-	35	-	-	35
Títulos a pagar	666	-	-	-	666
Total do passivo não circulante	115.058	35	(19)	-	115.074
Patrimônio líquido					
Capital social	235.000	-	-	-	235.000
Reserva legal	14.094	-	-	-	14.094
Reserva de lucros	193.809	-	-	-	193.809
Outros resultados abrangentes	8.409	-	-	-	8.409
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	451.312	-	-	-	451.312
Participação dos não controladores	8.920	-	-	-	8.920
Total do patrimônio líquido	460.232	-	-	-	460.232
Total do passivo e patrimônio líquido	1.009.321	35	(38)	(2.024)	1.007.294

Demonstração do resultado - 31 de dezembro de 2012					
	2012 - Saldo anterior	Conso- lidação da Mendes Júnior Uruguay S.A.	Registro da Integra Off Shore Ltda. por equivalência patrimonial	Registro da Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. por equivalência patrimonial	2012 Reapre- sentado
Receita operacional líquida	1.299.818	-	-	-	1.299.818
Custo de serviços e empreitadas de obras	(1.085.419)	-	9	202	(1.085.208)
Lucro bruto	214.399	-	9	202	214.610
Despesas administrativas e gerais	(116.512)	-	-	258	(116.254)
Resultado de equivalência patrimonial	(18)	18	38	(380)	(342)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	6.481	(18)	-	(39)	6.424
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(110.049)	-	38	(161)	(110.172)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	104.350	-	47	41	104.438
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(38.733)	-	(66)	(41)	(38.840)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.617	-	(19)	-	65.598
Corrente	(5.674)	-	-	-	(5.674)
Diferido	(11.483)	-	19	-	(11.464)
Lucro líquido do exercício	(17.157)	-	19	-	(17.138)
Lucro atribuível aos (à):	48.460	-	-	-	48.460
Acionistas controladores	41.424	-	-	-	41.424
Participação dos não controladores	7.036	-	-	-	7.036
Lucro líquido do exercício	48.460	-	-	-	48.460
Número de ações no final do exercício (lote de mil ações)	205.058	-	-	-	205.058
Lucro por ação (básico e diluído) - R\$	0,20	-	-	-	0,20

Demonstrações do resultado abrangente - 31 de dezembro de 2012					
	2012 - Saldo anterior	Conso- lidação da Mendes Júnior Uruguay S.A.	Registro da Integra Off Shore Ltda. por equivalência patrimonial	Registro da Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. por equivalência patrimonial	2012 Reapre- sentado
Lucro líquido do exercício	48.460	-	-	-	48.460
Outros resultados abrangentes					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(1.503)	-	-	-	(1.503)
Reconhecimento do ajuste acumulado de conversão	155	-	-	-	155
Resultado abrangente do exercício	47.112	-	-	-	47.112
Acionistas controladores	40.076	-	-	-	40.076
Participação dos não controladores	7.036	-	-	-	7.036
Resultado abrangente do exercício	47.112	-	-	-	47.112



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de dezembro de 2012

	2012 - Saldo anterior	Conso- lição da Mendes Júnior Uruguay S.A.	Registro da Integra Off Shore Ltda. por equivalência patrimonial	Registro da Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. por equivalência patrimonial	2012 Reapre- sentado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social.....	65.617	-	(19)	-	65.598
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização.....	9.237	-	-	-	9.237
Baixas de imobilizado.....	8.484	-	-	-	8.484
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(17.157)	-	19	-	(17.138)
Resultado de equivalência patrimonial.....	18	(18)	(38)	380	342
Passivo atuarial.....	1.179	-	-	-	1.179
Constituição (reversão) de provisão para contingências.....	(1.214)	-	-	-	(1.214)
	66.164	(18)	(38)	380	66.488

(Aumento)/redução nos ativos operacionais

Contas a receber de clientes.....	(273.755)	-	-	-	(273.755)
Títulos a receber.....	(85.850)	-	-	-	(85.850)
Adiantamentos a fornecedores.....	(7.165)	-	-	-	(7.165)
Estoques.....	42.441	-	-	-	42.441
Outros realizáveis.....	5.774	1	-	(290)	5.485
	(318.555)	1	-	(290)	(318.844)

Aumento/(redução) nos passivos operacionais

Fornecedores e subempreiteiros.....	52.072	-	(19)	43	52.096
Salários e encargos sociais.....	829	-	-	2	831
Impostos e contribuições.....	57.991	-	(19)	3	57.975
Adiantamentos de clientes.....	59.421	-	-	(99)	59.322
Outras contas a pagar.....	995	-	-	399	1.394
	171.308	-	(38)	348	171.618

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(81.083)	(17)	(76)	438	(80.738)
--	----------	------	------	-----	----------

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis, líquido da captação de empréstimos.....	(27.786)	-	77	-	(27.709)
Investimentos em controladas.....	(183)	(1)	-	-	(184)
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas.....	17.883	46	(15.092)	(72)	2.765

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(10.086)	45	(15.015)	(72)	(25.128)
---	-----------------	-----------	-----------------	-------------	-----------------

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Pagamento de dividendos.....	(16.197)	-	-	-	(16.197)
Empréstimos captados a longo prazo.....	102.195	(28)	-	-	102.167

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	85.998	(28)	-	-	85.970
--	---------------	-------------	----------	----------	---------------

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	94.295	6	-	(376)	93.925
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	89.124	6	(15.091)	(10)	74.029

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.171)	-	(15.091)	366	(19.896)
---	----------------	----------	-----------------	------------	-----------------

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações contábeis. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração, na elaboração das demonstrações contábeis e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis são as seguintes:

5.1. Redução ao valor recuperável de ativos – No caso da existência de prova objetiva ou efeito combinado de eventos internos ou externos que afetem a realização de um ativo, a Companhia e suas controladas reconhecem as perdas estimadas (impairment) nas demonstrações contábeis.

5.2. Avaliação dos instrumentos financeiros – Adiante, em notas específicas, são fornecidas informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.3. Provisões – Os montantes contabilizados como provisão são a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

5.4. Contingências ativas e passivas – Os registros dos ativos e passivos contingentes, quando aplicável, são realizados em conformidade com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e os julgamentos quanto aos valores de realização são suportados pelo laudo de especialistas e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por Fundo Fixo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País. As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados às taxas compatíveis com Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Possuem liquidez imediata e os valores de mercado não diferem dos consignados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e contas correntes bancárias.....	55.551	47.008	56.222	48.337
Aplicações financeiras.....	46.767	25.692	46.767	25.692
Total	102.318	72.700	102.989	74.029

7. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de construção e de venda de mercadorias:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes públicos.....	219.962	449.666	273.895	449.777
Clientes privados.....	88.092	7.997	88.092	7.997
Total	308.054	457.663	361.987	457.774

Aging list - classificação por vencimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapre- sentado)
A vencer em até 30 dias.....	298.940	454.263	352.763	454.360
Total a vencer	298.940	454.263	352.763	454.360
Vencidos de 30 a 90 dias.....	4.273	3.400	4.273	3.414
Vencidos de 91 a 180 dias.....	2.866	-	2.976	-
Vencidos de 91 a 180 dias.....	1.975	-	1.975	-
Total vencidos	9.114	3.400	9.224	3.414
Total	308.054	457.663	361.987	457.774

8. Títulos a receber (curto e longo prazo)

Referem-se, principalmente, a títulos a receber de entidades governamentais. A Companhia adota todos os procedimentos cabíveis ao recebimento dos seus créditos, por meio de negociações e ajuizamento de ações judiciais, nas quais vem obtendo decisões favoráveis. Os consultores jurídicos avaliam que são remotas as possibilidades de perdas das ações judiciais movidas contra os devedores. Os montantes apresentados estão registrados a valores históricos e são inferiores aos que vem sendo realizados:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Curto Prazo.....	179.758	114.856	179.758	114.856
Longo Prazo.....	131.081	131.377	131.081	141.386
Total	310.839	246.233	310.839	256.242

9. Estoques

Os valores referem-se a estoque de materiais adquiridos para serem aplicados em obras (almoxarifado) e de mercadorias a serem revendidas também para os clientes de obras. Os valores estão assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapre- sentado)
Almoxarifado.....	31.977	23.246	38.115	23.282
Bens destinados à venda.....	7.844	16.704	7.844	16.704
Total	39.821	39.950	45.959	39.986

10. Partes relacionadas

As transações entre a Companhia e outras empresas referem-se a operações comerciais e de contas correntes. Os valores destas transações são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Colgadas.....	9.423	-	834	-	9.423	-	834	35
Consórcios e SCPs.....	-	32.812	263	-	4.073	22.905	15.355	-
Total	9.423	32.812	1.097	-	13.496	22.905	16.189	35

11. Investimentos

Os investimentos avaliados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.3, a movimentação dos mesmos e as informações financeiras sobre as investidas são discriminados a seguir:

Controladora:	Patrimônio líquido		Participação %		AFAC		Investimento	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Mendes Junior Uruguay.....	-	4.063	100,00%	100,00%	-	-	-	4.063
SCP Meta 1.....	41.379	-	80,00%	0,00%	-	-	33.103	-
SCP ETA Brasília.....	3.585	3.610	75,00%	75,00%	-	-	2.689	2.708
SCP Boulevard.....	5.930	17.636	56,00%	56,00%	-	-	3.321	9.876
SCP Torre TV Digital.....	-	517	50,00%	50,00%	-	-	-	259
SCP Ferrugem.....	109	-	50,00%	0,00%	-	-	54	-
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.....	129.359	111.612	28,57%	28,57%	-	-	36.958	31.888
Integra Offshore Ltda.....	7.211	75	51,00%	51,00%	40.665	-	44.343	38
Outros investimentos.....	-	-	-	-	-	-	20	-
							120.488	48.832

Controladora:

Empresas	Patrimônio líquido		Participação %		AFAC		Investimento	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda..	129.359	111.612	28,57%	28,57%	-	-	36.958	31.888
Integra offshore Ltda.....	7.211	75	51,00%	51,00%	40.665	-	44.343	38
Outros investimentos.....	-	-	-	-	-	-	20	-
							81.320	31.926

A movimentação dos investimentos (posição consolidado) é conforme segue:

	31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	Aumento de capital	AFAC	Equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)
Rodoanel Sul 5 Eng. Ltda.....	32.268	-	-	(380)	31.888
Integra Off Shore Ltda.....	-	-	-	38	38
	32.268	-	-	(342)	31.926

31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)

	Aumento de capital	AFAC	Equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)
Rodoanel Sul 5 Eng. Ltda.....	31.888	5.482	-	(413)
Integra Off Shore Ltda.....	38	51	40.665	3.589
Outros investimentos.....	-	-	-	20
	31.926	5.533	40.665	3.176

As principais subsidiárias da Companhia, as quais foram incluídas nestas demonstrações contábeis consolidadas, são os seguintes:

Razão social das sociedades ("Controladas")	Sede	% de participação	
		31/12/2013	31/12/2012
Mendes Junior Uruguay S.A. (Uruguai).....	Uruguai	-	100,00%
SCP Meta 1 Norte (Brasil).....	Brasil	80,00%	-
SCP ETA Brasília (Brasil).....	Brasil	75,00%	75,00%
SCP Boulevard (Brasil).....	Brasil	56,00%	56,00%
SCP Torre TV Digital (Brasil).....	Brasil	-	50,00%
SCP Ferrugem (Brasil).....	Brasil	50,00%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas nas demonstrações contábeis anuais.

a. Controladas diretas

Descrição	31/12/2013				
	Controladora	Controladas			
	Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.	SCP Ferrugem	SCP Meta 1 Norte	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard V
Ativo circulante.....	717.749	489	64.284	174	150
Ativo não circulante.....	332.191	-	42.928	4.533	5.915
	1.049.940	489	107.212	4.707	6.065
Passivo circulante.....	449.289	184	40.099	1.122	135
Passivo não circulante.....	104.163	196	25.734	-	-
Patrimônio líquido.....	496.488	109	41.379	3.585	5.930
	1.049.940	489	107.212	4.707	6.065
Receitas.....	1.586.810	1.683	163.293	-	10.727
Custos.....	(1.338.060)	(1.528)	(115.273)	-	(5.091)
Despesas/(receitas) operacionais.....	(109.536)	(43)	(413)	(25)	(337)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas ...	(49.292)	(3)	(778)	-	(5)
IR e CSLL corrente e diferido.....	(17.239)	-	(5.450)	-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	72.683	109	41.379	(25)	5.294



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2012

A Companhia optou pela inclusão dos débitos, antes incluídos no PAEX, parcelamento convencional, além de outros, no parcelamento da Lei nº 11.941/09. O débito é discriminado a seguir:

Descrição	Controladora				
	Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.	Mendes Junior Uruguay S/A	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard V	SCP Torre TV Digital
Ativo circulante	748.716	21	171	1.417	-
Ativo não circulante	242.132	4.077	4.566	22.582	517
	990.848	4.098	4.737	23.999	517
Passivo circulante	424.478	35	1.127	6.363	-
Passivo não circulante	115.058	-	-	-	-
Patrimônio líquido	451.312	4.063	3.610	17.636	517
	990.848	4.098	4.737	23.999	517
Receitas	1.239.948	-	227	59.633	10
Custos	(1.043.420)	(7)	(81)	(41.554)	(153)
Despesas (receitas) operacionais	(101.049)	-	(110)	(9.081)	68
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(38.836)	-	-	(4)	(1)
IR e CSLL corrente e diferido	(15.219)	-	-	(1.919)	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	41.424	(7)	36	7.075	(76)

12. Imobilizado

A discriminação e a movimentação das contas do ativo imobilizado são assim demonstradas:

Contas	Controladora				
	Terrenos	Edificações	Maq. Equip. e Veículos	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119	837	20.421	6.755	28.132
Aquisição	594	537	20.717	3.684	25.532
Depreciação	-	(296)	(8.151)	(777)	(9.224)
Baixa	-	(182)	(6.315)	(1.987)	(8.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	713	896	26.672	7.675	35.956
Aquisição	-	3.782	10.191	7.042	21.015
Depreciação	-	(40)	(8.187)	(629)	(8.856)
Baixa	-	(145)	(504)	(1.358)	(2.007)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	713	4.493	28.172	12.730	46.108
Taxas de Depreciação	-	4%	20%	10%	

Contas	Consolidado				
	Terrenos	Edificações	Maq. Equip. e Veículos	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	119	837	20.444	6.788	28.188
Aquisição	594	537	20.678	3.694	25.503
Depreciação	-	(296)	(8.160)	(781)	(9.237)
Baixa	-	(182)	(6.315)	(1.937)	(8.434)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	713	896	26.647	7.764	36.020
Aquisição	112	8.509	48.644	8.442	65.707
Depreciação	-	(119)	(13.448)	(642)	(14.209)
Baixa	-	(145)	(707)	(1.358)	(2.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	825	9.141	61.136	14.206	85.308
Taxas de Depreciação	-	4%	20%	10%	

13. Intangível

A discriminação e a movimentação das contas do ativo intangível são assim demonstradas:

Contas	Controladora			Consolidado		
	Direitos minerais	Outros intangíveis	Total	Direitos minerais	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.150	565	22.715	22.150	565	22.715
Aquisição	-	2.155	2.155	-	2.155	2.155
Saldos em 31 de dezembro de 2012	22.150	2.720	24.870	22.150	2.720	24.870
Aquisição	-	1.908	1.908	-	1.908	1.908
Baixa	-	(1.687)	(1.687)	-	(1.687)	(1.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	22.150	2.941	25.091	22.150	2.941	25.091
Custo total	22.150	2.941	25.091	22.150	2.941	25.091
Valor contábil	22.150	2.941	25.091	22.150	2.941	25.091

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, avais e notas promissórias. Os encargos financeiros variaram de CDI + 0,20% ao mês a CDI + 0,90% ao mês. A parcela do longo prazo tem vencimento para novembro de 2015. Os montantes de curto e longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Parcela a curto prazo	196.021	134.750	200.870	134.750
Parcela a longo prazo	19.769	55.289	45.502	55.289
Total	215.790	190.039	246.372	190.039

15. Fornecedores e subempreiteiros

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros, discriminados por espécie de fornecimentos são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Materiais e Equipamentos	96.874	62.759	106.834	73.625
Serviços	30.466	54.889	38.788	54.889
Total	127.340	117.648	145.622	128.514

16. Salários e encargos sociais

As obrigações sociais e trabalhistas são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas, calculados conforme a legislação aplicável e estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	9.181	9.048	10.283	9.294
Encargos	13.615	13.418	15.249	13.551
Provisão Férias	28.074	27.666	31.443	28.265
Total	50.870	50.132	56.975	51.110

17. Impostos e contribuições – curto prazo

As obrigações tributárias referem-se a tributos correntes de ISSQN, COFINS, PIS, IRPJ, CSLL e parcelamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributos correntes	42.392	44.385	46.166	45.798
Parcelamentos	6.383	6.396	6.383	6.396
Total	48.775	50.781	52.549	52.194

18. Impostos e contribuições – longo prazo

A Lei nº 11.941/09 proporcionou aos contribuintes um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB, inclusive previdenciários, e débitos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no Refis (Lei nº 9.964/00), no parcelamento Especial – PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional – PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Parcelamento Lei 11.941/09	25.054	29.313	25.054	29.313
Provisão IRPJ/CSLL diferida	11.841	18.968	11.841	18.968
Outros parcelamentos	-	53	-	34
Total	36.895	48.334	36.895	48.315

19. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e em processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, respaldada em pareceres de seus advogados, bem como em experiência anterior em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as seguintes contingências, julgadas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros de caixa, nos termos do CPC 25:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	5.868	4.229	5.868	4.229
Cível	365	-	365	-
Total	6.233	4.229	6.233	4.229

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes movimentações de passivos contingentes:

	2013		2012	
Saldo em 31 de dezembro de 2012				
Constituição/(revésão) de provisões				
Saldo em 31 de dezembro de 2013				

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente. Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, com expectativa de perda possível, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	19.505	11.403	19.505	11.403
Cíveis	51.233	42.738	51.233	42.738
Tributárias	1.431	1.807	1.431	1.807
Total	72.169	55.948	72.169	55.948

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social – O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 235.000, representado por 205.058.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

20.2. Dividendos e reservas de lucro – Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação em vigor. A proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária é para que seja constituída Reserva Especial para Dividendos não Distribuídos, no valor de R\$ 17.562, nos termos do artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

21. Previdência complementar

Os valores dos passivos atuariais, nos padrões da Deliberação CVM 600 e do CPC 33, relativos aos benefícios concedidos aos empregados estão reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia:

	2013	2012
Obrigações de longo prazo	7.959	6.540
Total	7.959	6.540

A Companhia é patrocinadora da Mendesprev – Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é constituída com o objetivo de assegurar aos seus beneficiários o complemento dos proventos de aposentadoria e pensão. A Mendesprev adota dois planos de benefícios, ou seja, Plano CD de Benefícios e o Plano Misto de Benefícios. O Plano CD de Benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que o valor dos benefícios são ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores portados e os benefícios pagos e o Plano Misto de Benefícios que se trata de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida (fase de acumulação de recursos na atividade) e outra de benefício definido (fase de recebimento de benefícios).

21.1. Plano CD de Benefícios – O Plano CD de Benefícios, administrado pela Mendesprev, é estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Em 31 de dezembro de 2013, a Mendesprev possuía no plano CD de Benefícios 426 participantes ativos, e não existia participantes assistidos e pensionistas.

21.1.1. Plano de custeio – As contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados compreendem:

- a) **Contribuição normal:** de caráter obrigatório e mensal, correspondente a um percentual escolhido pelo participante de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do seu salário de participação;
- b) **Contribuição extraordinária:** de caráter opcional e eventual, corresponde ao valor escolhido pelo participante ativo e autopatrocinado de acordo com sua conveniência.

As contribuições da patrocinadora compreendem:

- a) **Contribuição normal:** efetuada mensalmente, corresponde a 2% (dois por cento) do salário de participação;
- b) **Contribuição extraordinária:** esporádica, voluntária, destinada a reforçar o saldo de conta do participante ativo. As despesas administrativas são custeadas pela patrocinadora, pelos participantes autopatrocinados, optantes pelo benefício proporcional diferido e assistido, na forma estabelecida pelo atuário.

21.1.2. Benefícios – Os benefícios assegurados pelo Plano CD de benefícios são os seguintes:

- a) Aposentadoria;
- b) Aposentadoria por invalidez;
- c) Pensão por morte;
- d) Benefício proporcional diferido;
- e) Abono anual.

O valor mensal do benefício de aposentadoria é obtido na data do seu requerimento, calculado por equivalência atuarial, com base no saldo de conta e nas faixas etárias do participante e seus beneficiários. Os benefícios são recalculados, anualmente, no mês de novembro, com base nas características etárias do assistido, de seus beneficiários e do saldo de conta remanescente da conta Individual de benefício concedido. Para fins de atendimento ao CPC 33, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de plano é apurada através do montante das contribuições da patrocinadora vertidas ao plano durante o exercício de 2013, não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

21.2. Plano Misto de Benefícios – Em 31 de dezembro de 2013, a Mendesprev possuía no Plano Misto de Benefícios 179 participantes ativos, 69 participantes diferidos, 64 participantes aposentados (em 31 de dezembro de 2012, 196 participantes ativos, 62 participantes diferidos, 51 participantes aposentados). O Plano Misto de Benefícios trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida e outra de benefício definido, não sendo mais admitida adesões ao plano.

21.2.1. Plano de custeio – Os benefícios oferecidos pelo Plano serão custeados por meio de:

- a) Contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados: de caráter obrigatório e mensal, correspondente à 7,5% (sete e meio por cento) da parcela do salário de participação que exceder a 20 salários unitários;
- b) Contribuição das patrocinadoras: igual a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo participante;
- c) Receitas de aplicações do patrimônio;
- d) Dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

As despesas administrativas serão custeadas por recursos oriundos dos participantes e da patrocinadora.

21.2.2. Benefícios do plano – Os benefícios do plano são os seguintes:

- a) **Aposentadoria normal:** terá direito ao benefício de aposentadoria normal o participante que preencher as seguintes condições: idade mínima de 60 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- b) **Aposentadoria antecipada:** a elegibilidade ao benefício de aposentadoria antecipada começará quando o participante preencher as seguintes condições: idade mínima de 55 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- c) **Aposentadoria por invalidez:** para a aposentadoria por invalidez, o participante deve ter a sua invalidez atestada por um médico clínico ou perito credenciado pela Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- d) **Pensão por morte:** a elegibilidade para a pensão por morte é o falecimento do participante ou do assistido:
 - **Morte de participante antes do gozo de aposentadoria:** sobre o valor que o participante teria direito a receber caso tivesse se aposentado por invalidez, é aplicado percentual definido no regulamento do Plano de acordo com o número de dependentes, acrescido da transformação do saldo de conta de acordo com as normas atuariais;
 - **Morte de participante assistido:** aplicação de percentual definido do regulamento do Plano, de acordo com o número de dependentes, sobre o benefício percebido na data do falecimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano Misto são reajustados anualmente no mês da data base da patrocinadora, de acordo com a variação do INPC. Os dados cadastrais possuem data-base em 31 de dezembro 2013. A seguir, o resumo dos dados da Sociedade:

Participantes ativos		
Frequência de participantes	179	
Idade média (em anos).....	53	
Folha de salários de participação mensal	1.775	
Salário de participação médio	10	
Participantes diferidos		
Frequência de participantes	69	
Idade média (em anos).....	49	
Folha de salários de participação mensal	134	
Salário de participação médio	2	
Participantes aposentados		
Frequência de participantes	64	
Idade média (em anos).....	64	
Folha de salários de participação mensal	445	
Salário de participação médio	7	
Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos		
	2013	2012
Obrigações atuariais.....	112.967	124.674
Valor justo dos ativos do plano.....	105.008	89.551
Valor presente das obrigações a descoberto	7.959	35.123
Perda ou (ganhos) atuariais	-	28.583
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	7.959	6.540
Passivo (ativo) atuarial provisionado no Balanço.....	6.540	5.361
Passivo (ativo)	1.419	1.179

A Companhia reconheceu em 2013 uma obrigação atuarial no montante de R\$ 1.419 como forma de garantir o pagamento dos compromissos do plano na sua totalidade, dentro das regras da Deliberação CVM 600. A movimentação do valor justo do plano de benefícios nos períodos apresentados é o seguinte:

Evolução do valor justo dos ativos	
Valor justo dos ativos ao início do ano	89.551
Benefícios pagos durante o exercício	(5.008)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	1.010
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	2.218
Rendimento efetivo dos ativos no ano	8.159
Valor justo dos ativos ao final do ano	95.930

A movimentação do valor referente à obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	
Valor das obrigações atuariais ao início do ano	124.674
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.748
Juros sobre obrigação atuarial	11.245
Benefícios pagos no ano	(5.008)
(Ganhos)/perdas Atuariais	(20.692)
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	112.967

Mensuração do lucro segmento operacional ou perda

A Companhia avalia o desempenho dos seus segmentos operacionais com base em lucro ou prejuízo das operações calculadas de acordo com as informações abaixo:

Descrição	2013							
	Infra-estrutura		Industrial		Oleo e Gás		Total	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita bruta por segmento	574.174	765.138	671.789	671.789	465.839	465.839	1.711.802	1.902.766
Deduções de receitas por segmento	(42.546)	(57.806)	(37.821)	(37.821)	(44.625)	(44.625)	(124.992)	(140.252)
Receita líquida do segmento de atividades continuadas	531.628	707.332	633.968	633.968	421.214	421.214	1.586.810	1.762.514
Custo de serviços por segmento	(470.634)	(581.996)	(522.765)	(522.765)	(344.661)	(344.661)	(1.338.060)	(1.449.422)
Lucro bruto por segmento	60.994	125.336	111.203	111.203	76.553	76.553	248.750	313.092
Despesas alocadas								
Despesas gerais e administrativas por segmento	(50.148)	(60.703)	(44.101)	(44.101)	(37.753)	(37.753)	(132.002)	(142.557)
Resultado de equivalência patrimonial	35.683	(413)	-	-	3.589	3.589	39.272	3.176
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.134)	(5.934)	(8.136)	(8.136)	(3.536)	(3.536)	(16.806)	(17.606)
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	41.395	58.286	58.966	58.966	38.853	38.853	139.214	156.105
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(14.952)	(15.739)	(20.313)	(20.313)	(14.027)	(14.027)	(49.292)	(50.079)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	26.443	42.547	38.653	38.653	24.826	24.826	89.922	106.026
Imposto de renda e contribuição social	(5.516)	(10.966)	(6.983)	(6.983)	(4.740)	(4.740)	(17.239)	(22.689)
Lucro líquido do período	20.927	31.581	31.670	31.670	20.086	20.086	72.683	83.337

Descrição	2012							
	Infra-estrutura		Industrial		Oleo e Gás		Total	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita bruta por segmento	219.042	282.263	245.546	245.546	869.967	869.967	1.334.555	1.397.776
Deduções de receitas por segmento	(17.837)	(21.188)	(14.563)	(14.563)	(62.207)	(62.207)	(94.607)	(97.958)
Receita líquida do segmento de atividades continuadas	201.205	261.075	230.983	230.983	807.760	807.760	1.239.948	1.299.818
Custo de serviços por segmento	(218.615)	(260.403)	(220.928)	(220.928)	(603.877)	(603.877)	(1.043.420)	(1.085.208)
Lucro bruto por segmento	(17.410)	672	10.055	10.055	203.883	203.883	196.528	214.610
Despesas alocadas								
Despesas gerais e administrativas por segmento	(34.640)	(34.728)	(6.822)	(6.822)	(74.704)	(74.704)	(116.166)	(116.254)
Resultado de equivalência patrimonial	23.166	(342)	-	-	-	-	23.166	(342)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.277)	12.196	-	-	(5.772)	(5.772)	(8.049)	6.424
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	(31.161)	(22.202)	3.233	3.233	123.407	123.407	95.479	104.438
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(10.730)	(10.734)	-	-	(28.106)	(28.106)	(38.836)	(38.840)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(41.891)	(32.936)	3.233	3.233	95.301	95.301	56.643	65.598
Imposto de renda e contribuição social	(5.588)	(7.507)	-	-	(9.631)	(9.631)	(15.219)	(17.138)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(47.479)	(40.443)	3.233	3.233	85.670	85.670	41.424	48.460

23. Receita líquida

A discriminação das principais rubricas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.711.802	1.334.555	1.902.766	1.397.776
Deduções das receitas brutas	(124.992)	(94.607)	(150.252)	(97.958)
Total	1.586.810	1.239.948	1.752.514	1.299.818

Os valores a serem pagos foram projetados em decorrência das variações atuariais e deverão ser os seguintes:

Despesa a reconhecer na demonstração de resultados	2013	2012
Custo do serviço corrente (com juros)	2.748	2.052
Contribuições esperadas de participante	(1.011)	(953)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	11.245	9.609
Rendimento esperado dos ativos	(8.159)	(8.461)
Amortização referente ao custo de serviço passado	(1.186)	789
Despesa a ser reconhecida pelo empregador no exercício	3.637	3.036
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	(2.218)	(1.857)
Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	1.419	1.179

21.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções – As premissas e métodos adotados foram aquelas requeridas pelos padrões do CPC 33 e Deliberação CVM 600. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais:

Econômicas e financeiras	2013	2012
Taxa de desconto atuarial – real	6,57% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	12,75% a.a.	9,20% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	6,57% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	12,75% a.a.	9,20% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal	5,80% a.a.	5,53% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	5,80% a.a.	5,00% a.a.
Inflação projetada	5,80% a.a.	5,00% a.a.
Fator de capacidade	98,00% a.a.	97,00% a.a.

21.4. Política contábil para o reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais – Os estudos atuariais projetam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho (ou perda) atuarial.

22. Informações por segmentos de negócios

As informações por segmentos de negócios da Companhia são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Eles são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório gerencial interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, é a equipe de gestão, incluindo o Diretor Presidente, Diretor de Operações e Diretor Financeiro. Os principais segmentos de negócio apresentado pela Administração da Companhia são:

- **Engenharia de construção pesada** - são incluídos nessa linha de segmento a construção de rodovias, vias rápidas, pontes, viadutos, terminais intermodais, ferrovias, aeroportos, usinas hidrelétricas, portos, metrô e sistemas de saneamento;
- **Plantas industriais** - são incluídos nessa linha de segmento a construção, manutenção e construção de edifícios industriais e projetos na siderurgia, mineração e indústrias termelétricas, bem como centros comerciais complexos; e
- **Petróleo e gás** - são incluídos nessa linha de segmento as soluções de engenharia onshore em projetos integrados para construir e ampliar refinarias, terminais e unidades de processamento de produtos petroquímicos e de dutos, bem como extração de petróleo e gás e processamento de plataformas offshore.

24. Custo de serviços e empreitadas de obras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com pessoal	(395.520)	(345.850)	(427.673)	(358.180)
Compras de materiais diversos	(261.871)	(152.241)	(290.089)	(160.605)
Aluguel	(125.736)	(69.357)	(148.715)	(73.644)
Serviços de terceiros	(415.051)	(313.592)	(442.548)	(326.351)
Outras	(139.882)	(162.380)	(140.397)	(166.428)
Total	(1.338.060)	(1.043.420)	(1.449.422)	(1.085.208)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com pessoal	(67.539)	(58.429)	(78.094)	(58.429)
Compras de materiais diversos	(2.779)	(854)	(2.779)	(854)
Aluguel	(4.382)	(4.508)	(4.382)	(4.508)
Serviços de terceiros	(48.831)	(46.136)	(48.831)	(46.136)
Outras	(8.471)	(6.239)	(8.471)	(6.327)
Total	(132.002)	(116.166)	(142.557)	(116.254)

26. Resultado financeiro

A discriminação das receitas (despesas) financeiras líquidas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Receitas financeiras decorrentes de				
Rendimento de aplicações financeiras	1.003	2.689	1.003	2.582
Juros ativos	960	1.047	960	1.047
Descontos obtidos	159	240	164	240
Outras	14	155	14	258
	2.136	4.131	2.141	4.127
Despesas financeiras decorrentes de				
Juros passivos	(42.393)	(35.490)	(42.763)	(35.490)
Variações cambiais	(5)	(6)	(5)	(6)
IOF	(4.246)	(5.453)	(4.506)	(5.453)
Outras	(4.784)	(2.018)	(4.946)	(2.018)
	(51.428)	(42.967)	(52.220)	(42.967)
Resultado financeiro líquido	(49.292)	(38.836)	(50.079)	(38.840)

27. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os cálculos do IRPJ e da CSLL, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A conciliação das provisões para o IRPJ e para a CSLL da Companhia, são demonstrados a seguir:

	2013	2012
IRPJ e CSLL correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL - real e presumido	89.922	58.219
Adições permanentes		
- Doações e brindes	5.640	5.465
- Equivalência patrimonial	440	502
Adições temporárias		
- Lucro diferido entidades governamentais	66.694	37.800
Exclusões permanentes		
- Equivalência patrimonial	(39.712)	(23.668)
Exclusões temporárias		
- Lucro diferido entidades governamentais	(46.920)	(66.694)
Lucro tributável - regime lucro real	76.064	11.624
Imposto de Renda 15%	(11.410)	(1.744)
Adicional IRPJ	(7.582)	(1.138)
Incentivos	457	173
CSLL 9%	(6.846)	(1.046)
Total corrente atribuível a controladora	(25.381)	(3.755)
Receita presumida tributável relativo a Consolidação	16.397	5.814
Imposto de Renda 15%	(2.460)	(872)
Adicional IRPJ	(1.616)	(557)
Incentivos	102	33
CSLL 9%	(1.476)	(523)
Total corrente atribuível ao consolidado	(5.450)	(1.919)
IRPJ e CSLL diferidos		
Ativos		
Lucro diferido entidades governamentais	(46.920)	(66.694)
Passivos não circulante		
Lucro diferido entidades governamentais	66.694	37.800
Passivo contencioso	4.174	(4.824)
Base de calculo imposto diferido	23.948	(33.718)
Imposto diferido 34% - Controladora	8.142	(11.464)
Total Corrente e diferido	(22.689)	(17.138)

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de riscos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza risco e prazo similares. A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de liquidez** – O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e de suas controladas.
- Riscos de crédito** – O risco de crédito está associado à possibilidade de não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia e de suas controladas.
- Riscos financeiros** – É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de riscos dentro do contexto de suas operações.

29. Seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros para bens do imobilizado, responsabilidade civil e risco de engenharia, em montante considerado suficiente para suprir qualquer perda que vier a sofrer frente aos riscos envolvidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: J. Murillo Valle Mendes
Conselheiros: Eduardo Mendes Moreira
Leonardo Bocchese Mendes

DIRETORIA

Presidente: J. Murillo Valle Mendes
Vice-Presidente de Assuntos Corporativos: Ângelo Alves Mendes
Vice-Presidente de Mercado: Sérgio Cunha Mendes
Vice-Presidente de Desenvolvimento Financeiro: Delson de Miranda Tolentino
Vice-Presidente de Engenharia: Victório Duque Semionato

CONTADOR

Alexandre Magno de Pinho Freitas
CRC MG 046.601/O-3 – S - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis consolidadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.17 às demonstrações contábeis, em decorrência do Pronunciamento Contábil revisado CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto, que não permite a consolidação proporcional para controle compartilhado, os valores correspondentes consolidados referentes as demonstrações contábeis consolidadas de 2012 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (precisamente sobre a parte atribuível a não controladores) e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de abril de 2014.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3 S - SP